

A cor do capítulo e seta indicam onde você se encontra. A cor da seta indica em qual subcapítulo você se encontra.

1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDFe use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chromme ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br



Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smatphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

- **4** Editorial
 - **5** Destaque do Mês
 - Dnit inicia apresentação do Componente Indígena do EIA/Rima do Trecho do Meio da BR-319
 - 10 Interior em Foco
 - Projeto Pé-de-Pincha realiza a 12ª Soltura de Quelônios com festa na RDS Igapó-Açu
 - **12** Monitoramentos
 - Focos de Calor
 - Desmatamento
 - Covid-19
 - Diálogos da BR-319
 - Cientista pede cautela na regularização de ramais na área de influência da BR-319
 - **22** Ciência
 - Morre Enéas Salati, o pai dos rios voadores da Amazônia
- **24** Minuto BR





O processo de licenciamento das obras no Trecho do Meio da BR-319 está avançando a passos largos e passando por cima do processo de consulta aos povos indígenas e comunidades tradicionais, ignorando o que determina a Organização Internacional do Trabalho em sua Convenção nº 169.

O OBR-319 segue acompanhando e mostra nesta edição que o Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental foi apresentado aos povos Apurinã e Mura em cerca de dez dias.

Esta edição também mostra como foi a soltura de guelônios realizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu, no último dia (17). A área de manejo, fica no município de Careiro Castanho (AM), às margens da BR-319, no KM 250. O momento é único e muito especial para todas as comunidades envolvidas.

Na seção Diálogos da BR-319, trazemos as informações da reunião realizada em fevereiro e a última sob a coordenação de Rose Hofmann, que deixou o comando da secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação, da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI). Mais informações sobre esta importante mudança você no Minuto BR.

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, **DESMATAMENTO E COVID-19**

Na Ciência, a equipe do OBR-319 abriu uma exceção e escreveu um obituário em homenagem a Enéas Salati, cientista e pesquisador que identificou os rios voadores da Amazônia. Reunimos informações de artigos e reportagens publicadas sobre ele para registrar a sua importância para a região nesta edição.

Como sempre, não deixe de acompanhar os dados de desmatamento e focos de calor da área de influência da BR-319. O mês de janeiro de 2022 foi o pior desde o início do monitoramento ambiental da Amazônia. Os números são assustadores e atípicos para o período.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319

Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.





Dnit inicia apresentação do Componente Indígena do ElA/Rima do Trecho do Meio da BR-319

DESTAQUE DO MÊS

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) iniciou no mês de fevereiro a apresentação do Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental (CI-EIA) aos povos indígenas de territórios da área de influência do Trecho do Meio da BR-319.

O órgão federal considera a ação como a etapa de consulta necessária para a concessão de Licença Prévia para o avanço das obras na rodovia. O estudo ainda precisa ser apresentado a outras comunidades indígenas e, talvez, enfrente questionamentos de ordem jurídica por não seguir o que orienta a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Conforme noticiado na edição passada do Informativo Observatório BR-319, o Dnit elaborou um Plano de Ação para Apresentação do ECI para as etnias Parintintin, da Terra Indígena (TI) Nove de Janeiro, e Mura, das TIs Lago Capaña e Ariramba. As apresentações aconteceram entre os dias 14 e 24 de feverei-



ro, e não contemplaram apenas os povos citados no plano, mas também os Apurinã.

O primeiro povo contemplado com a apresentação seria os Parintintin, no entanto, uma servidora do Ministério da Infraestrutura (Minfra) testou positivo para covid-19 já na Aldeia Traíra,

na Terra Indígena (TI) Nove de Janeiro, e a reunião foi suspensa. A situação provocou um mal-estar entre a equipe do governo e os moradores do local. Imediatamente, o grupo se retirou do local e voltou para o hotel na sede do município de Humaitá, onde estavam hospedados. A Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (Opipam) publicou uma nota de repúdio com críticas sobre a realização do evento. "A interrupção da reunião de apresentação do ECI da BR-319, que se estava iniciando na aldeia Traíra, na TI Nove de Janeiro, não foi por culpa do povo Parintintin, mas sim por total responsabilidade do governo e dos interessados na obra da BR-319, em especial o Dnit, que não cumpriram com os protocolos de prevenção da covid-19, em sua integralidade", diz um trecho da nota.

Ao OBR-319, o coordenador geral da Opipam, Raimundo Parintintin, disse que todo o processo de apresentação do CI-EIA se desenrolou de maneira equivocada. "Esse estudo é um documento complexo, que exige atenção e análise. Não seria possível o Dnit chegar agui, apresentar e considerar o conteúdo aprovado. Nós precisamos de tempo para nos apropriarmos do conteúdo, discutirmos entre nós, refletirmos. Isso pede tempo", explicou a liderança indígena. "Nós queremos ser ouvidos. Esse processo não pode avançar sem que a gente se sinta seguro. O impacto que essa obra vai causar vai afetar nós e as próximas gerações. A discussão sobre esse estudo não é simples", acrescentou Raimundo. De acordo com ele, a próxima visita do Dnit deve ocorrer a partir de abril ou guando as lideranças esgotarem as discussões.



"Assim que nós chegamos à cidade, procuramos um posto de testagem para realizarmos o teste novamente, pois a moça que testou positivo tinha feito o teste de antígeno. Na cidade, fizemos o teste com swab e o resultado foi negativo. Mesmo assim, por precaução, ela deixou a equipe e nós seguimos para outra comunidade com outros servidores públicos que se deslocaram de Brasília após teste de covid negativo para todos", contou a então secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação do Ministério da Economia, Rose Mirian Hofmann. A outra comunidade foi a Aldeia Palmeiras, na Terra Indígena Lago Capanã, do povo Mura.

À reunião compareceram mais cem indígenas, entre moradores e lideranças. Houve consenso sobre o que foi apresentado, além de todas as condicionantes e medidas de mitigação.

"Ficamos três dias na comunidade e o debate foi bastante produtivo, principalmente na apresentação do projeto quando a comunidade conseguiu entender os impactos e dialogar de forma construtiva sobre eles. A comunidade foi receptiva e fez apenas uma ressalva", disse Hofmann. "Na proposta do EIA, tem a previsão de criação de uma Floresta Nacional nas proximidades da Terra Indígena, mas eles pediram que fosse criada uma Reserva Extrativista, pois tem mais a ver com realidade deles. E, de fato, eles exploram economicamente a coleta de castanha, uma Resex é mais adequada ao modo de vida das comunidades", explicou. Nenhum morador da Terra Indígena Ariramba, cuja consulta estava programada para a mesma reunião, compareceu ao evento.

"Agora vamos ter que conversar com eles para saber como eles querem que esse encontro aconteça", disse Rose.

Os estudos do CI-EIA são realizados desde 2007 e já tiveram diversas modificações. Hoje, eles são elaborados pelo Consórcio Etnias-319, composto pelas empresas Laghi Engenharia Ltda e Mac Engenharia Ltda, sob orientação da Funai. O objetivo do CI-EIA é fazer a análise técnica de impactos que a construção da BR-319 causou e ainda causará às TIs das três etnias. As apresentações realizadas neste mês de fevereiro contam com as complementações, ajustes e revisões solicitados pela Funai em junho de 2021. Os documentos atualizados estão disponíveis no site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Segundo Hofmann, a interrupção da apresentação do CI-EIA não pode ser atribuída aos indígenas. "Com diálogo colaborativo, será possível agendar uma nova data para a realização do evento. O processo de licenciamento do Trecho do Meio poderá avançar após o término do processo de consulta, para que o resultado do diálogo seja de fato incorporado na tomada de decisão sobre a viabilidade da repavimentação da rodovia", disse ao OBR-319.

REUNIÃO COM OS APURINÃ

Os Apurinã das Tls Igarapé Tauamirim e Igarapé São João também receberam a apresentação do CI-EIA. "A Funai entrou em contato com a gente e avisou que a apresentação seria realizada", contou



ao OBR-319 José Valter Apurinã, coordenador regional da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp) em Tapauá. No dia 24, a apresentação aconteceu na TI Igarapé São João com a presença de 45 indígenas, entre moradores locais e dez lideranças. "Uma servidora da Funai e um servidor do Dnit nos explicaram ponto a ponto o estudo ao longo do dia", relatou José Valter. "Ocorreu tudo bem durante a reunião e todas as lideranças que se



manifestaram tiveram suas dúvidas esclarecidas. Acreditamos que a presença do Parque Nacional do Jari e das TIs já são o bastante para evitar o impacto da rodovia no nosso território", disse ao OBR-319.

Valter explicou que a maior preocupação dos Apurinã na localidade é a AM-366, rodovia estadual com estrutura precária e sem asfaltamento, que passa na TI e deve ligar a sede do município de Tapauá à BR-319. A rodovia já assoreou um igarapé usado pelos indígenas para pesca e o que sobrou do córrego, é contaminado com água da chuva que passa pelo lixão e pelo cemitério da cidade. "A representante da Funai nos disse que não tinha nenhuma informação ou estudo sobre a AM-366, que é de responsabilidade da prefeitura. Ela também nos disse que esta rodovia não será asfaltada e que ela não vai ligar a TI à BR-319", disse a liderança Apurinã. José Valter explicou que, devido a situação do igarapé, as comunidades compram água na cidade ou usam de poços artesianos.

O ex-presidente da Focimp, Waldimiro Apurinã, uma das lideranças indígenas mais experientes do Purus, não participou da reunião de apresentação do CI-EIA por não concordar com a maneira como os estudos estão sendo conduzidos. "Para mim, seria mais importante uma grande reunião com a presença de todos os parentes que serão afetados pela rodovia", defende. "Para que o debate seja mais proveitoso, ele não pode acontecer de maneira apressada e nem separada", opinou.

Os Apurinã pediram a inclusão de um programa de apoio às atividades produtivas das comunidades como medida de compensação pela repavimentação da rodovia. A iniciativa será detalhado na próxima fase do licenciamento.

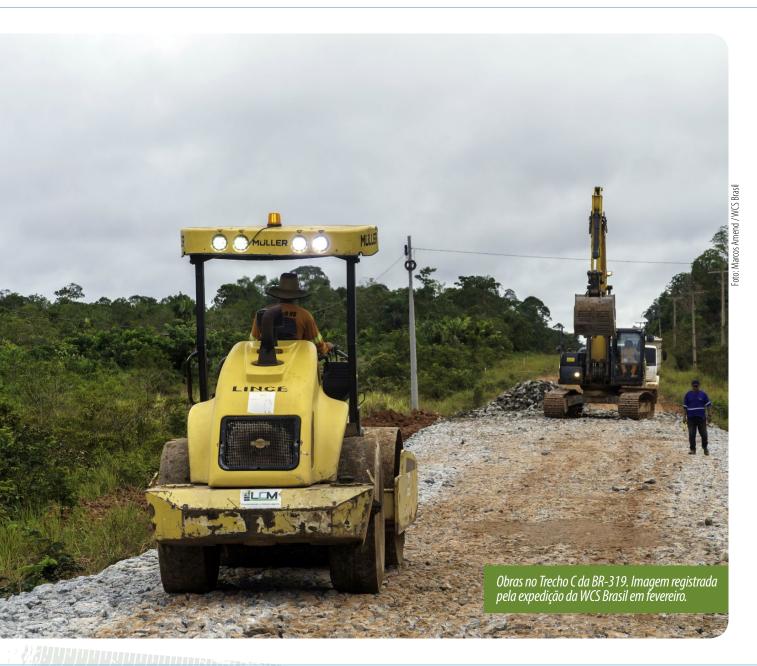
CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA

O CI-EIA é parte integrante do EIA/Rima e é a parte mais abrangente do processo de licenciamento ambiental do Trecho do Meio da BR-319. Ele só é considerado concluído após a anuência e aprovação das comunidades impactadas pelo empreendimento.

"O CI-EIA não deve ser meramente apresentado às comunidades. Ele deve ser submetido à audiência pública e também à consulta prévia, livre e informada respeitando os termos da Convenção 169 da OIT, que foi ratificada pelo Brasil e que exige que seja realizada a consulta sempre que existir algum tipo de medida administrativa ou legislativa que venha a afetar os interesses dos povos indígenas. Como é o caso da repavimentação da BR-319", explica Giovana Agutoli, advogada e pesquisadora do Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV -CeDHE).







Giovana acrescenta que encontros rápidos e com baixa adesão da população impactada pelas obras na rodovia não valem com a consulta recomendada pela OIT. "É um espaço pouco qualificado para, de fato, se concluir que houve uma consulta. É importante que os moradores das comunidades estejam livres de qualquer tipo de pressão, controle e pressa, para que, de fato, eles tenham um espaço livre para se pronunciar e manifestar suas percepções sobre o que está sendo colocado no estudo", diz Giovana. "Eles também devem ter acesso a todas as informações pertinentes necessárias para uma tomada de decisão qualificada. E, além disso, esse acesso à informação deve acontecer de maneira adequada, respeitando a cultura e os costumes de cada povo indígena", alertou a advogada da FGV.

A Convenção 169 da OIT é um dos instrumentos que dão protagonismo às comunidades para que elas possam se manifestar e ter suas vozes ouvidas e representadas no processo de licenciamento de grandes empreendimentos. E isso não pode ser feito de maneira meramente consultiva. "Protocolos devem ser estabelecidos nesse sentido para que possamos pensar em processos qualificados, que sejam capazes de prevenir uma série de impactos e discutir demandas correlatas no território, pois, muitas vezes, existem problemas que não parecem mas têm a ver com o empreendimento, no caso, a BR-319. Nesses casos, a consulta às comunidades pode ser um espaço fundamental para pensar soluções qualificadas também para essas questões", finaliza a advogada da FGV.





Projeto Pé-de-Pincha realiza a 12ª Soltura de Quelônios com festa na RDS Igapó-Açu

Cerca de 5.200 de filhotes de tracajás, tartarugas e iaçás foram devolvidos à natureza durante a 12ª Soltura de Quelônios, do Projeto de Manejo Comunitário de Quelônios (Pé-de-Pincha), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) lgapó-Açu, no último dia (17), na área de manejo, localizada no município de Careiro Castanho (AM), às margens da BR-319, no KM 250.

Coordenado pelo professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas (FCA/Ufam), Paulo Cesar Machado Andrade, o projeto já devolveu à natureza mais de 6,5 milhões de quelônios. "O projeto chegou à comunidade São Sebastião do Igapó Açu em 2010, por meio de uma preocupação relacionada à saída de baldes com ovos de quelônios, e comercialização de animais adultos nessa região da BR-319. A partir disso, com a ajuda de parceiros como a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema-AM), iniciamos capacitações com os comunitários sobre a proteção e transferência dos ninhos de áreas onde eles eram ameaçados, para um local construído dentro da comunidade, que chamamos de'cho-



cadeira", contou o professor. Hoje, o projeto expandiu para além do Igapó Açu e já compreende as comunidades Nova Geração, Santo Antônio do Mamori, Geração II, Tracajá, Pacatuba, Lago Preto, Araçá e outras. Ao todo, ao longo da BR-319, o projeto devolverá à natureza cerca de 11.600 filhotes de quelônios, um recorde para um cenário de pandemia de acordo com o professor da Ufam.

O voluntário do projeto, Angel Sousa, há 11 anos acompanha de



perto a transformação na área. "Quando foi implantado na comunidade houve uma mudança na percepção dos moradores diante da RDS. De alguma forma, o projeto educou a comunidade para que ela pudesse lidar com o meio ambiente. Foi um projeto primordial, porque ele apresentou uma nova proposta de cuidado, para que as futuras gerações possam usufruir de maneira mais consciente", disse.

A história do Pé-de-Pincha iniciou em 1999, no município de Terra Santa, no Pará, onde a Ufam em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e comunidades ribeirinhas iniciaram um programa de manejo comunitário. Nas últimas duas décadas, a iniciativa se espalhou por mais de 15 municípios e 123 comunidades do Amazonas e Pará, ao longo do Médio Rio Amazonas, Juruá, Negro e Madeira. Reconhecido como um dos maiores programas de conservação comunitária de quelônios e de voluntariado do mundo, o Pé-de-Pincha fomenta projetos de pesquisas, ajuda na formação de acadêmicos de graduação, mestrado e doutorado em várias áreas de conhecimento.

Matéria produzida e gentilmente cedida pelos comunicadores Jonys Augusto e Luciano Lima da Casa do Rio.



Focos de Calor Desmatamento Covid-19



Monitoramento de Focos de Calor

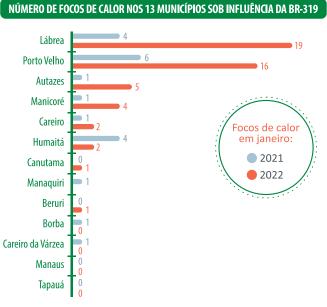
Em comparação a janeiro de 2021, o número de focos de calor aumentou no primeiro mês de 2022 nas quatro regiões monitoradas pelo OBR-319: Amazônia Legal, Amazonas, Rondônia e municípios da BR-319. Os aumentos foram de 36%, 324%, 70% e 150%, respectivamente.

RECORDES DE FOCOS DE CALOR EM JANEIRO DE 2022

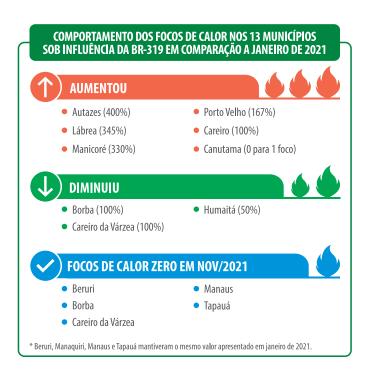
Seis municípios apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação a janeiro de 2021. Dentre eles, Lábrea e Porto Velho bateram recorde de focos de calor para o mês de janeiro dos últimos 13 anos (2010–2022). Por outro lado, cinco municípios não apresentaram focos nesse mês: Beruri, Borba, Careiro da Várzea, Manaus e Tapauá.







2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022



Focos de Calor Desmatamento

ÁREAS PROTEGIDAS

Das 42 Unidades de Conservação (UCs) e das 69 Terras Indígenas (TIs) monitoradas, apenas uma UC e uma TI apresentaram focos de calor em janeiro de 2022. São elas, o Parna Mapinguari, com 4 focos, e a Tl Jauary, com 1 foco detectado.



DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) **APRESENTARAM FOCOS DE CALOR**



DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)

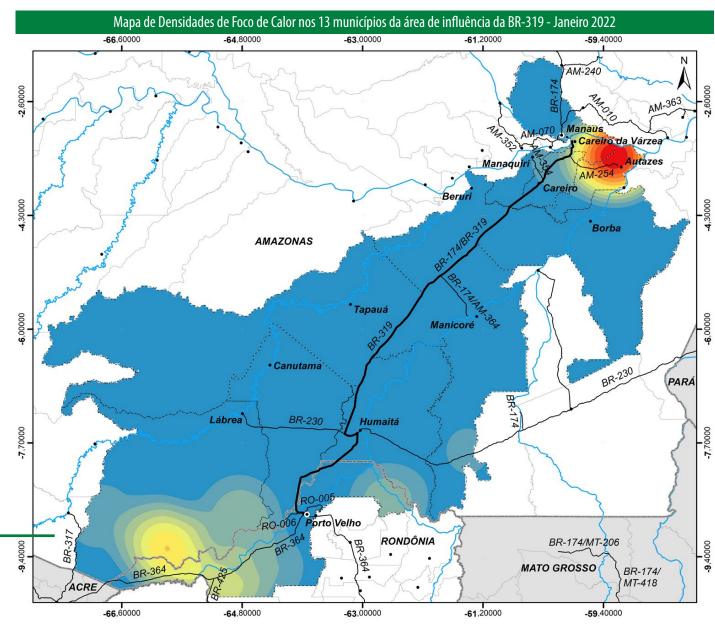
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR







Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.



Desmatamento

Monitoramento de Desmatamento

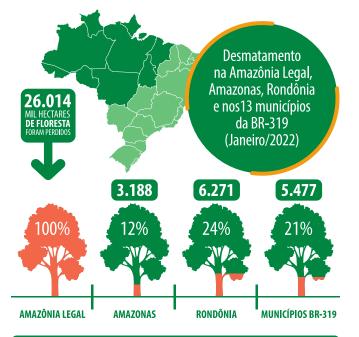
No primeiro mês de 2022, a Amazônia Legal, o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 bateram o recorde de desmatamento para o período dos últimos 13 anos (2010-2022). O aumento em relação a janeiro de 2021 foi de 32%, 106%, 243% e 339%, respectivamente.

RECORDE DE DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS **AO SUL DA RODOVIA BR-319**

Sete dos 13 municípios monitorados apresentaram desmatamento em janeiro de 2022. O líder desse ranking foi Porto Velho, que apresentou mais desmatamento que todo o estado do Amazonas. O município ainda liderou o ranking da Amazônia legal (ver monitoramento do Imazon), e seu desmatamento foi o maior registrado para janeiro dos últimos 13 anos.

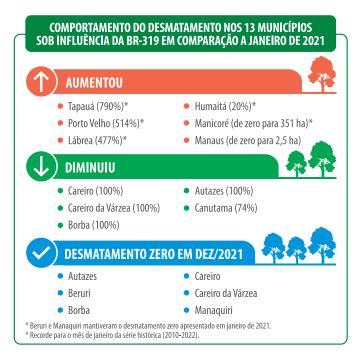
Os seis municípios do estado do Amazonas que apresentaram desmatamento em janeiro: Canutama, Humaitá, Lábrea, Manaus, Manicoré e Tapauá, foram responsáveis por 65% de todo desmatamento do estado. Para Humaitá, Lábrea, Manicoré e Tapauá, o desmatamento foi o maior para o mês de janeiro, desde 2010.

Seis municípios apresentaram desmatamento zero, com destaque para Managuiri, que não apresenta desmatamento no mês de janeiro desde 2017.

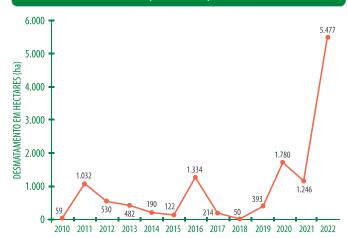


DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319





DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JANEIRO (2010 A 2022)



Focos de Calor Desmatamento Covid-19

ÁREAS PROTEGIDAS

Quatro Unidades de Conservação (UCs) apresentaram desmatamento em janeiro. Para a Resex Jaci-Paraná e para a Flona do Iquiri, os valores foram recordes para o mês dos últimos 13 anos, com 77ha e 6ha, respectivamente. Já para a FES Tapauá, essa foi a primeira vez que a UC apresentou desmatamento em janeiro, com 3ha. A Flona do Iquiri também apresentou desmatamento, com 3 ha.

Três Terras Indígenas (TIs) apresentaram desmatamento. Para as TIs Sepoti e Tenharim Marmelos – Gleba B, essa foi a primeira detecção em janeiro desde 2010, com 13ha em ambas. A TI Karipuna também apresentou desmatamento em janeiro, com 8 ha.



DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIS) APRESENTARAM DESMATAMENTO

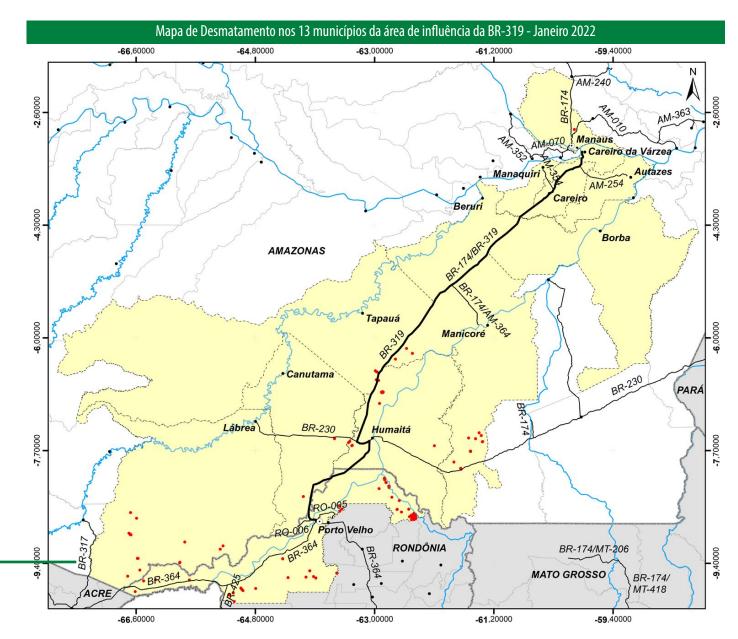








As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (https://imazongeo.org.br/#/). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.



Focos de Calor Desmatamento Covid-19



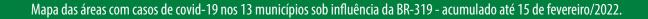
Monitoramento da covid-19

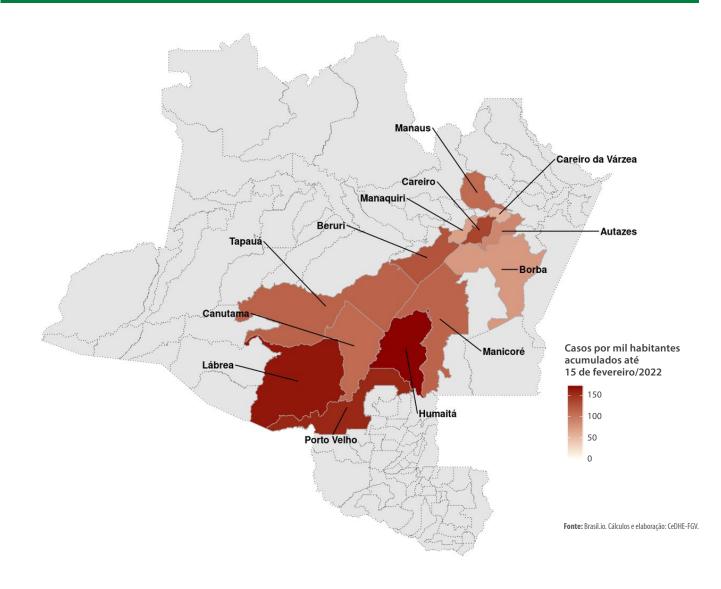
VACINAÇÃO

A vacinação nas capitais Porto Velho (RO) e Manaus (AM) chegou a mais de 70% da população vacinada com a 1ª dose, já a vacinação com a 2ª dose ainda está abaixo de 70% nas duas cidades. A média da taxa de vacinação com a 1ª dose em outros municípios da área de influência da BR-319 está em torno de 50%. Em relação à 2ª dose, somente Autazes e Humaitá vacinarm mais de metade de sua população.

NOVOS CASOS

Entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro, os 13 município da área de influência da BR-319 registraram mais de 100 novos casos de covid-19. Careiro da Várzea apresentou a maior taxa de aumento de casos em relação ao acumulado até dia 15 de janeiro, com 68% de aumento, o que representa 802 novos casos. Manaus e Porto Velho, com 52 mil e 5 mil novos casos, respectivamente, apresentaram um aumento de 23,6% e 5,44% no número de casos.





Desmatamento



CASOS ACUMULADOS

Em Manaus, já são 275,3 mil casos de covid-19 desde o início da pandemia até o dia 15 de fevereiro de 2022. Porto Velho tem 96,2 mil casos; Humaitá, 11 mil; e Lábrea, 8,8 mil. Nos 13 municípios sob influência da BR-319, os casos acumulados de covid-19 somam aproximadamente 423 mil.

ÓBITOS

Entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro, foram registradas 214 mortes nos 13 município sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia até o último dia 15, foram 13,03 mil mortes.

O maior aumento relativo de mortes se deu em Autazes com cinco mortes, representando um aumento de 5,2% no número de mortes acumuladas desde o início da pandemia. Em termos absolutos, Manaus apresentou o maior aumento com 131 mortes - o que corresponde a um aumento de 1,38%.

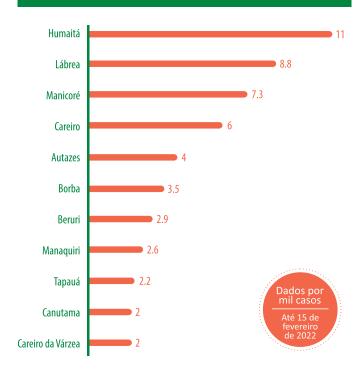
Textos gentilmente escritos e cedidos pelo analista de dado da FGV EAESP, Rodolfo de Oliveira Lorenzo.

VARIAÇÃO PERCENTUAL DE CASOS EM FEVEREIRO COM RELAÇÃO A JANEIRO NOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

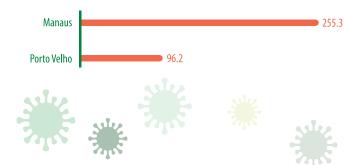
VARIAÇÃO %
5,44%
19,15%
9,59%
36,26%
28,19%
25,46%
68,02%
32,37%
23,71%
32,31%
23,57%
42,92%
10,16%

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19

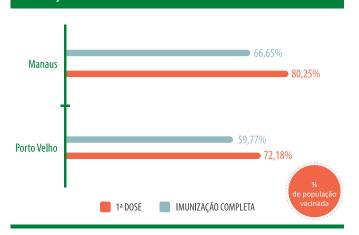






Fonte: Brasil.io e https://github.com/wcota/covid19br. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV

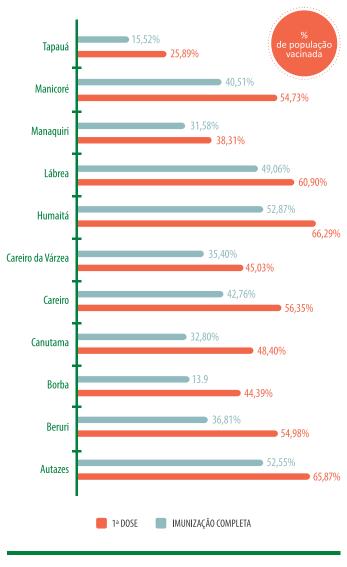
VACINAÇÃO - CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - FEVEREIRO 2022



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: CeDHE-FGV.



VACINAÇÃO - 11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - FEVEREIRO 2022



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: CeDHE-FGV.

NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- **⊘** Painel Conass Covid-19

1/5

NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas Covid-19-Amazonas

1× ×

NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- Boletim epidemiológico da Sesai Casos indígenas
- Coiab Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- SISA Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19





Cientista pede cautela na regularização de ramais na área de influência da BR-319

Baixa governança e fiscalização deficiente colocam em risco a floresta e moradores da região.

Após a apresentação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra-AM), durante a reunião de governança do Trecho do Meio da BR-319, realizada no último dia 4, o cientista Lucas Ferrante pediu cautela às autoridades presentes quanto a regularização de ramais na área de influência da rodovia.

"Nem todos os ramais precisam ser legalizados, principalmente no Trecho do Meio", avalia. Desde o ano passado, os locais estão sob fiscalização a pedido da então secretária de Licenciamento Ambiental e Desapropriação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Rose Hofmann. Na opinião de Lucas, as obras que dão acesso a locais sensíveis da floresta na região deveriam ser proibidas.

O argumento do cientista foi embasado na apresentação "BR-319 como ponta de lança do desmatamento e grilagem de terras na Amazônia", sobre quatro artigos a respeito do impacto do licen-



ciamento e desmatamento em Unidades de Conservação (UCs) e Territórios Indígenas (TIs). "Nós apontamos que 64 áreas indígenas, dentre terras oficialmente reconhecidas e comunidades ainda não reconhecidas, deveriam estar sendo ouvidas nesse processo de licenciamento. Isso é importante porque essas terras terão algum tipo de impacto decorrente da rodovia", destacou Ferrante.

Além da apresentação de Lucas, a reunião de governança tam-



bém abriu espaço para que representantes da Seinfra-AM falassem sobre ações de melhoria realizadas, atualmente, pelo governo em ramais na BR-319. De acordo com a equipe da secretaria, as obras acontecem entre os quilômetros 22 e 83 da rodovia, no município do Careiro, nos ramais São José, com 14,46 guilômetros (km) de extensão; Cabeceira do Purupuru, com 8,71 km; e Cinturão Verde, com 9,55km.

A então secretária de Licenciamento Ambiental e Desapropriação do PPI, Rose Hofmann, também apresentou informações atualizadas sobre a criação dos Portais da Amazônia e construção de postos da Polícia Rodoviária Federal. "As conversas estão avançando e as obras devem aquardar o processo de licitação. É possível que a construção tenha início ainda neste semestre", afirmou. As reuniões de governança do Trecho do Meio acontecem na primeira sexta-feira do mês, às 9h, on-line e são abertas ao público em geral. Para acompanhar a reunião, basta solicitar por meio do Whatsapp XXXXXX.





Morre Enéas Salati, o pai dos rios voadores da Amazônia

Por Observatário da BR-319

Engenheiro agrônomo por formação, o paulista foi pioneiro na pesquisa sobre a capacidade de a floresta amazônica reciclar e exportar chuva para outras regiões.

No último dia 05 de fevereiro, partiu aos 88 anos Enéas Salati, cientista e pesquisador que na década de 1970 desvendou o mecanismo de formação dos rios voadores da Amazônia, as famosas fontes de chuva do centro-sul da América do Sul. Em "cientifiquês", ele descobriu por meio de análises físico-químicas e com recursos da física nuclear como funciona a retroalimentação da umidade na floresta amazônica, que por meio da evaporação e transpiração das plantas solta umidade na atmosfera.

Em 1968, Salati criou o Laboratório de Espectrometria de Massa para Elementos Leves da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), onde passou a analisar isótopos, como oxigênio-18 e deutério, um hidrogênio pesado,



que permitiram traçar a origem de boa parte das chuvas da Amazônia. Estas conclusões foram fundamentais para o entendimento que temos hoje sobre a relação entre clima e vegetação, e para mostrar que a Amazônia influencia o clima em escala continental. Além disso, ele nos ajudou a entender como a agropecuária do Brasil pode sofrer com alterações drásticas nos padrões de chuvas.



A atuação do cientista inspirou gerações de pesquisadores, como o climatologista José Marengo, coordenador de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), que começou a estudar o clima da Amazônia depois de ler um **artigo de Salati** publicado em 1979. O também climatologista Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, depois de participar de projetos de Salati na Amazônia na década de 1970, trocou a engenharia pela pesquisa da relação entre a floresta e o clima.

Salati nasceu em Capivari (SP), em 06 de agosto de 1933. Formou-se em Engenharia Agronômica na Esalq-USP, em 1955. Defendeu seu doutorado em 1958 e teve destacada atuação no Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena-USP), do qual foi diretor de 1981 a 1985. Foi, ainda, diretor do Instituto de Física e Química da Universidade de São Carlos (USP-SC) de 1976 a 1979, e diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) de 1979 a 1981 e de 1990 a 1991. Salati deixa um legado de conhecimento importante para o mundo, esposa, filhos, netos, bisnetos, tataraneto, demais parentes e amigos.

Texto produzido pela equipe do OBR-319 a partir de publicações do **G1**, da **Revista Fapesp**, do **O Eco** e do **Inpa**.



Expedição



Uma equipe da WCS Brasil realizou uma expedição fotográfica até o Trecho C da BR-319. O objetivo foi fazer a atualização do banco de imagens da rodovia e mapear área de interesse para a criação do Mosaico de Áreas Protegidas da BR-319.







A secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação, Rose Mirian Hofmann, foi <u>exonerada a pedido</u>. Ela estava no cargo desde fevereiro de 2019 e agora volta à consultoria legislativa da Câmara dos Deputados. No seu lugar, assume o oceanógrafo <u>Uirá</u> Cavalcante Oliveira.

Explicações



A OAB-AM <u>pediu ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit-AM)</u> cópias dos contratos de manutenção e de conservação dos Trechos A, C e do Meio. De acordo com <u>reportagem da Rádio Rio Mar</u>, constam no Portal da Transparência que o Dnit tem três contratos com a empresa LCM Construção no valor de aproximadamente R\$ 280 milhões.

Retrospectiva



Em 2021, a área de influência da BR-319 registrou recordes de desmatamento e focos de calor dos últimos 12 anos. As informações estão no relatório "Retrospectiva 2021: desmatamento e focos de calor na área de influência da rodovia BR-319", produzido pelo OBR-319. A publicação destaca que a situação é preocupante devido a falta de políticas públicas e ações efetivas de combate às ilegalidades, além do avanço acelerado do processo de licenciamento do Trecho do Meio.

Podcast



Já está disponível a nova edição do Momento OBR-319, que aborda a importância da governança em territórios da rodovia, especialmente, em Áreas Protegidas. O conteúdo mostra uma explicação do procurador do Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC-AM), Ruy Marcelo Alencar, sobre a Floresta Estadual de Tapauá (FES) Tapauá.









Na mesma esteira, janeiro de 2022 registrou o maior desmatamento na floresta amazônica desde o início da série histórica do Deter, em 2016. De acordo com o <u>Infoamazônia</u>, os alertas se concentraram em MT, RR, PA e em áreas no sul do AM, como a BR-319.

Gourmetização



O presidente Jair Bolsonaro editou um decreto para a criação do **Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesa- nal e em Pequena Escala (Pró-Mapa)**, com o objetivo de estimular a atividade em pequena escala por meio de políticas públicas setoriais na Amazônia Legal. Organizações da sociedade civil se posicionaram contra a medida alertando que a atividade mineradora na região é, acima de tudo, predatória e não beneficia a população.



Porto Velho



A liderança da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) Ilma Rodrigues dos Santos, e seu marido Edson Lima Rodrigues, <u>foram assassinados a tiros no dia 17/02</u>, na 8° Linha do Ribeirão, no Distrito de Abunã, em Porto Velho (RO). O duplo homicídio, que está sob investigação da Polícia Civil, pode ter relação com o ataque a fiscais e policiais militares ocorrido dias antes no Parque Ambiental Estadual (PES) Guajará-Mirim.

Lábrea



Os agricultores Sebastião David Pereira e Maria Aristides da Silva foram assassinados no Projeto de Assentamento (PA) Monte, em Lábrea (AM), no dia 08/02. Segundo informações da CPT Regional Acre, o crime pode ter como motivação a disputa por terras.

Procura-se



Equipes dos Bombeiros, Exército e Fundação Nacional do Índio (Funai) estão mobilizadas na Terra Indígena (TI) Capanã em busca das crianças Glauco e Gleison, de 6 e 8 anos, desaparecidos desde o dia 18/02, quando saíram para caçar passarinhos na Aldeia Palmeiras e não foram mais vistos. O OBR-319 deseja o mesmo sucesso às buscas pelas crianças em Manicoré.





Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e

Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Emanuelle Araújo (Up Comunicação Inteligente), Fernanda Meirelles (Idesam),

Paula Guarido (Idesam) e Tayane Carvalho (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:





















